### CLIPPING INTERNET 26/04/2022 ATÉ 26/04/2022



#### INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE 0 MARANHENSE	12
2	CEMULHER	
	2.1 SITE 0 MARANHENSE	3
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG DO DE SÁ	4
	3.2 BLOG DO LEITÃO	5
	3.3 BLOG GILBERTO LEDA	6 7
	3.4 BLOG LUÍS CARDOSO	8
	3.5 BLOG O CUBO	9
	3.6 PORTAL VARADA.COM	10
	3.7 SITE AGORA SANTA INÊS	11
	3.8 SITE G1 MARANHÃO	12
	3.9 SITE IMIRANTE.COM	13 14
	3.10 SITE JORNAL PEOUENO	15
	3.11 SITE O IMPARCIAL ONLINE	16
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG DIEGO EMIR	17
	4.2 BLOG DO JURACI FILHO	18
	4.3 BLOG EDUARDO ERICEIRA	19
	4.4 BLOG GILBERTO LEDA	20
	4.5 BLOG GLAUCIO ERICEIRA	21
	4.6 BLOG JOHN CUTRIM	22
	4.7 BLOG ZECA SOARES	23
5	ESMAM	23
J	5.1 SITE 0 IMPARCIAL ONLINE	24
6	INSTITUCIONAL	24
U	6.1 BLOG DO MINARD	25
7	POSSE	25
,	7.1 BLOG GILBERTO LEDA	26
8	PRECATÓRIOS	20
0	8.1 BLOG GILBERTO LEDA	27
	8.2 BLOG JORGE ARAGÃO	
		28
^	8.3 BLOG MARAMAIS	29
9	PRESIDÊNCIA	20
	9.1 BLOG DO OSVALDO MAYA	30
	9.2 SITE AGORA SANTA INÊS	31 32
10	PROCESSO SELETIVO	
	10.1 BLOG DANIEL MATOS	33
	10.2 BLOG DO CLODOALDO CORRÊA	34
	10.3 BLOG DO MINARD	35
	10.4 BLOG DO NETO FERREIRA	36
	10.5 BLOG O CUBO	37
	10.6 BLOG O INFORMANTE	38
	10.7 SITE MARANHÃO HOJE	39
	10 0 CTTE O MADANUENCE	40

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PROCESSO SELETIVO 26/04/2022 - BLOG DANIEL MATOS POSITIVA
TJMA divulga edital de concurso público para juiz substituto

#### TJMA divulga edital de concurso público para juiz substituto

Por Daniel Matos • segunda-feira, 25 de abril de 2022 Ao todo, são 15 vagas para o cargo de juiz substituto e formação de cadastro reserva

As inscrições serão realizadas de 27 de abril a 26 de maio

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e a presidente da Comissão de Concurso Público, juíza Jaqueline Reis Caracas, assinaram nesta segunda-feira (25), o edital de Concurso Público para o provimento de 15 vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Juiz Substituto.

O concurso - que ficará a cargo do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) - seguirá as normas estabelecidas em regulamento aprovado pela Resolução nº. 105/2021, publicada em 7 de janeiro de 2022, no Diário da Justiça Eletrônico, pelo Edital e pelas legislações aplicáveis.

As inscrições serão realizadas no período de 10h do dia 27/04/2022 até às 18h do dia 26/05/2022 (observado o horário de Brasília), via internet, no site https://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), no valor de R\$ 304,04 (trezentos e quatro reais e quatro centavos).

Todas as etapas presenciais do concurso serão realizadas na cidade de São Luís/MA, para todos os candidatos, bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros.

O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe - Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), ressalvado o disposto no subitem 14.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

Confira informações detalhadas sobre o Concurso nos documentos abaixo:

EDITAL GP Nº 11, DE 25 DE ABRIL DE 2022

RESOLUÇÃO GP Nº. 105202



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 26/04/2022 - BLOG DIEGO EMIR POSITIVA

Tribunal de Justiça do Maranhão escolhe nesta quarta-feira (27), três novos desembargadores

## Tribunal de Justiça do Maranhão escolhe nesta quarta-feira (27), três novos desembargadores

Os desembargadores e as desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizam nesta quarta-feira (27), sessão plenária administrativa extraordinária e complementar, e sessão jurisdicional, de forma híbrida (presencial e por sistema de videoconferência), a partir das 9h.

Conforme a pauta da sessão, deverão ser julgados dois processos de acesso ao cargo de desembargador pelo critério de merecimento e um processo pelo critério de antiguidade.

Acesso ao cargo de desembargador pelo critério de merecimento estão inscritos nos dois processos, as juízas e juízes Sebastião Joaquim Lima Bonfim, Gervásio Protásio dos Santos Júnior, Jamil Aguiar da Silva, Raimundo Nonato Neris Ferreira, José Américo Abreu Costa, José Eulálio Figueiredo de Almeida, Maria do Socorro Mendonça Carneiro, Nelson Melo de Moraes Rêgo, Márcia Cristina Coelho Chaves, Oriana Gomes, Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos, Edimar Fernando Mendonça de Sousa, Carlos Henrique Rodrigues Veloso, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra, Jesus Guanaré de Sousa Borges, Alice de Sousa Rocha, Lucas da Costa Ribeiro Neto.

Acesso ao cargo de desembargador pelo critério de antiguidade, estão inscritos a juíza Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro e os juízes Samuel Batista de Souza e Lucas da Costa Ribeiro Neto.

Na pauta complementar, OFÍCIO-GCGJ nº 918, de 22 de abril de 2022, do desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, nos termos do art. 708 do Regimento Interno desta Corte, que indica o servidor Carlos Anderson dos Santos Ferreira, analista judiciário, para o cargo de Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça.

O post Tribunal de Justiça do Maranhão escolhe nesta quarta-feira (27), três novos desembargadores apareceu primeiro em Diego Emir.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PROCESSO SELETIVO 26/04/2022 - BLOG DO CLODOALDO CORRÊA POSITIVA

TJMA divulga edital de concurso público para juiz substituto

#### TJMA divulga edital de concurso público para juiz substituto

Publicado em 25 de abril de 2022 por Blog do Clodoaldo

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e a presidente da Comissão de Concurso Público, juíza Jaqueline Reis Caracas, assinaram nesta segunda-feira (25), o edital de Concurso Público para o provimento de 15 vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Juiz Substituto.

O concurso - que ficará a cargo do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) - seguirá as normas estabelecidas em regulamento aprovado pela Resolução nº. 105/2021, publicada em 7 de janeiro de 2022, no Diário da Justiça Eletrônico, pelo Edital e pelas legislações aplicáveis.

As inscrições serão realizadas no período de 10h do dia 27/04/2022 até às 18h do dia 26/05/2022 (observado o horário de Brasília), via internet, no site https://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), no valor de R\$ 304,04 (trezentos e quatro reais e quatro centavos).

Todas as etapas presenciais do concurso serão realizadas na cidade de São Luís/MA, para todos os candidatos, bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros.

O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe - Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), ressalvado o disposto no subitem 14.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

Confira informações detalhadas sobre o Concurso nos documentos abaixo:

EDITAL GP Nº 11, DE 25 DE ABRIL DE 2022

RESOLUÇÃO GP Nº. 105202



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 26/04/2022 - BLOG DO DE SÁ NEUTRA RESPONDENDO POR DESCASO NA SAÚDE E EDUCAÇÃO, PREFEITURA DE VITÓRIA DO MEARIM IA PAGAR R\$

## RESPONDENDO POR DESCASO NA SAÚDE E EDUCAÇÃO, PREFEITURA DE VITÓRIA DO MEARIM IA PAGAR R\$ 500 MIL EM SHOW

Publicado em:26 de abril de 2022Autor:Leandro de SáDeixe um Comentário!

O prefeito de Vitória do Mearim, Nato da Nordestina, pagaria R\$ 500 mil por um show do cantor Wesley Safadão, sem levar em conta as denúncias de má prestação de serviços públicos em áreas como saúde e educação que tramitam Justiça contra a administração municipal. Por considerar caracterizada lesão à ordem e à economia públicas, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, suspendeu os efeitos de decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão, da última sexta-feira (22), que havia autorizado a apresentação do artista, marcada para domingo (24).

Ao apreciar o pedido do MP, o ministro Humberto Martins lembrou que o município responde a demandas judiciais relativas à eficiência das ações governamentais em áreas como saúde e educação. Segundo o presidente do STJ, esses questionamentos judiciais indicam a existência de uma insatisfação com a gestão municipal.

"Não se justifica a concessão da autorização sem que haja plena demonstração de que a realização do ato não prejudica demandas de saúde e escolares no município, que estão sendo questionadas judicialmente", concluiu.

Realidade orçamentária incompatível

Em sua decisão, assinada no último sábado (23), o presidente do STJ reconheceu que ficou demonstrada a incompatibilidade entre a despesa de R\$ 500 mil com a contratação do evento artístico e a realidade orçamentária do município maranhense.?????????

"O dispêndio da quantia sinalizada com um show artístico de pouco mais de uma hora, em município de pouco mais de 30 mil habitantes, justifica a precaução cautelar do juiz de primeiro grau, prolator da decisão inicial que suspendeu a realização do show", afirmou Martins.

Prejuízo à prestação de serviços públicos essenciais

A contratação do show pela administração municipal foi questionada pelo Ministério Público do Maranhão, que ajuizou ação civil pública e obteve liminar em primeiro grau para suspender o evento.

Contra a determinação, o município recorreu ao TJMA. O relator no tribunal suspendeu os efeitos da liminar e liberou o show, sob o fundamento de que a decisão de primeiro grau representava interferência indevida nas atribuições do Poder Executivo municipal.

Perante o STJ, o Ministério Público estadual alegou que a realização do evento comprometeria a oferta de

serviços públicos básicos à população, em razão das dificuldades orçamentárias do município.

A decisão de Martins, suspendendo a apresentação de Wesley Safadão, tem validade até o trânsito em julgado do processo principal que tramita na Justiça estadual.

Leia a decisão na SLS 3.099.

Fonte: Daniel Matos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 26/04/2022 - BLOG DO JURACI FILHO

NEUTRA

Daniella cobra da OAB/MA explicações sobre participação feminina no Quinto Constitucional

## Daniella cobra da OAB/MA explicações sobre participação feminina no Quinto Constitucional

A deputada estadual Daniella (PSB), apresentou na Assembleia Legislativa um requerimento solicitando a Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB) informações sobre a participação das mulheres no pleito para o Quinto Constitucional.

A parlamentar saiu em defesa da inserção das mulheres na disputa a uma vaga de desembargador no TJ/MA. Além de justa, é legítima o questionamento de Daniella, pois ela também a procura da Mulher na Casa do Povo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 26/04/2022 - BLOG DO LEITÃO POSITIVA

EDUCAÇÃO! SLZ: Após Decisão Do TJ, Prefeitura Resolve Convocar Professores A Retornar Às Aulas...

#### EDUCAÇÃO! SLZ: Após Decisão Do TJ, Prefeitura Resolve Convocar Professores A Retornar Às Aulas...

A Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semed), emitiu na noite de segunda-feira (25), edital de convocação para que todos os professores em greve retornem já nesta terça-feira (26) às salas de aula, sob penas de desconto dos dias não trabalhados em virtude do movimento.

A medida foi tomada após a desembargadora Francisca Galiza, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), autorizar o corte do ponto dos dias não trabalhados, ao ratificar a ilegalidade da paralisação e considerar que o Município não deu motivos para a mobilização.

"Os professores deverão se apresentar na Unidade de Educação Básica de lotação, no respectivo turno, para cumprimento regular da sua jornada e atividades pedagógicas, conforme calendário letivo", diz o ato oficial, assinado pela secretária municipal de Educação, Caroline Margues Salgado.

Ao decidir sobre o caso, na manhã de ontem, Galiza destacou que o Município pode efetuar os descontos das faltas nos salários do docentes, além de contratar professores temporários para dar andamento às aulas enquanto durar a paralisação.

"Uma vez não configurada a situação excepcional reconhecida pelo Excelso Tribunal, é possível o lançamento das faltas no período da paralisação, se assim definir o requerente", destacou a desembargadora no despacho. Ela também apontou que cabe ao Município decidir se abre, ou não, procedimentos administrativos contra os faltosos.

"No que refere à abertura de procedimento administrativo disciplinar em face dos professores grevistas, ao Poder Judiciário compete apreciar somente a regularidade do procedimento à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. O poder disciplinar e punitivo dos servidores da administração pública municipal é atribuição do Município de São Luís, a quem compete decidir sobre a instauração de procedimento administrativo disciplinar", completou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL 26/04/2022 - BLOG DO MINARD POSITIVA

Nova mesa diretora do Judiciário toma posse nesta sexta, 29

#### Nova mesa diretora do Judiciário toma posse nesta sexta, 29

A nova Mesa Diretora que vai comandar o Poder Judiciário do Maranhão no biênio (abril de 2022 a abril de 2024), tomará posse em solenidade, no dia 29 de abril de 2022, às 18h30, no Auditório Darcy Ribeiro, no Centro de Convenções do Multicenter Sebrae, localizado na Avenida Jerônimo de Albuquerque, em São Luís (MA).

Serão empossados, o novo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten Pereira; o vice-presidente, desembargador Ricardo Duailibe; o 2º vice-presidente, Marcelino Everton e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho.

A nova mesa diretora será empossada pelo atual presidente do Tribunal (biênio 2020/2022), desembargador Lourival Serejo.

A solenidade híbrida será transmitida ao vivo no canal oficial do TJMA no YouTube e pela Rádio Web Justiça do Maranhão.

#### **MISSA**

Uma missa em ação de graças será celebrada no dia 28 de abril (quinta-feira), às 18h30, na Igreja da Sé (Catedral de São Luís do Maranhão, também chamada Catedral de Nossa Senhora da Vitória), no Centro Histórico de São Luís.

#### PERFIL DO NOVO PRESIDENTE ELEITO

Desembargador do Tribunal de Justiça desde março de 2007, Paulo Sérgio Velten Pereira é mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atualmente, ocupante do cargo de Corregedor-Geral da Justiça do Maranhão na gestão 2020/2022, e presidente do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE).

É professor da Graduação e do Mestrado em Direito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde também se graduou. Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). É autor do livro "Contratos – tutela judicial e novos modelos decisórios", publicado pela editora Juruá, e de artigos jurídicos veiculados em revistas especializadas de circulação nacional.

#### PERFIL DO 1º VICE-PRESIDENTE ELEITO

Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe é desembargador do TJMA desde agosto de 2013, na vaga do Quinto Constitucional, reservada à classe dos advogados. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o desembargador Ricardo Duailibe exerceu o cargo de Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, no biênio 2016/2017 e foi presidente do TRE/MA, no período de 18 de dezembro de 2017 a 23 de fevereiro de 2019, quando presidiu a emblemática eleição presidencial de 2018.

#### PERFIL DO 2º VICE-PRESIDENTE ELEITO

Desembargador Marcelino Chaves Everton ingressou na magistratura em 1982, após aprovação em concurso público para Juiz de Direito. Como juiz da 10ª Zona Eleitoral, presidiu a solenidade de diplomação do prefeito e vereadores eleitos em 2004, em São Luis. O desembargador teve acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de antiguidade, sendo oficialmente empossado em 16 de outubro de 2013.

#### PERFIL DO CORREGEDOR GERAL ELEITO

Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho é desembargador, membro da 3ª Câmara Criminal. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 1990. Ingressou no Ministério Público Estadual em 1992, onde foi Promotor de Justiça. Foi corregedor regional eleitoral e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), no biênio 2013/14. Também atuou como coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão (UMF) e como diretor da Escola da Magistratura do Estado do Maranhão (Esmam).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PROCESSO SELETIVO 26/04/2022 - BLOG DO MINARD POSITIVA TJMA divulga edital de concurso público para juiz substituto

#### TJMA divulga edital de concurso público para juiz substituto

Publicado em 25 de abril de 2022 às 19:00 | Comentar

Tribunal de Justiça do Maranhão

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e a presidente da Comissão de Concurso Público, juíza Jaqueline Reis Caracas, assinaram nesta segunda-feira (25), o edital de Concurso Público para o provimento de 15 vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Juiz Substituto.

O concurso - que ficará a cargo do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) - seguirá as normas estabelecidas em regulamento aprovado pela Resolução nº. 105/2021, publicada em 7 de janeiro de 2022, no Diário da Justiça Eletrônico, pelo Edital e pelas legislações aplicáveis.

As inscrições serão realizadas no período de 10h do dia 27/04/2022 até às 18h do dia 26/05/2022 (observado o horário de Brasília), via internet, no site https://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), no valor de R\$ 304,04 (trezentos e quatro reais e quatro centavos).

Todas as etapas presenciais do concurso serão realizadas na cidade de São Luís/MA, para todos os candidatos, bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros.

O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe - Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), ressalvado o disposto no subitem 14.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

Confira informações detalhadas sobre o Concurso nos documentos abaixo:

EDITAL GP Nº 11, DE 25 DE ABRIL DE 2022

RESOLUÇÃO GP Nº. 105202

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PROCESSO SELETIVO 26/04/2022 - BLOG DO NETO FERREIRA POSITIVA

TJ divulga edital de concurso público para juiz substituto

#### TJ divulga edital de concurso público para juiz substituto

25/04/2022 21:16:39

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e a presidente da Comissão de Concurso Público, juíza Jaqueline Reis Caracas, assinaram nesta segunda-feira (25), o edital de Concurso Público para o provimento de 15 vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Juiz Substituto.

O concurso - que ficará a cargo do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) - seguirá as normas estabelecidas em regulamento aprovado pela Resolução nº. 105/2021, publicada em 7 de janeiro de 2022, no Diário da Justiça Eletrônico, pelo Edital e pelas legislações aplicáveis.

As inscrições serão realizadas no período de 10h do dia 27/04/2022 até às 18h do dia 26/05/2022 (observado o horário de Brasília), via internet, no site https://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), no valor de R\$ 304,04 (trezentos e quatro reais e quatro centavos).

Todas as etapas presenciais do concurso serão realizadas na cidade de São Luís/MA, para todos os candidatos, bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros.

O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe - Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), ressalvado o disposto no subitem 14.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA 26/04/2022 - BLOG DO OSVALDO MAYA POSITIVA TJMA concede Medalha Antônio Vellozo a Enide Dino

#### TJMA concede Medalha Antônio Vellozo a Enide Dino

A presidente da Fundação Antonio Dino, Enide Jorge Dino, recebeu, nessa segunda-feira (25), a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo, por relevantes serviços prestados à Justiça maranhense. A comenda – concedida, por unanimidade, pela Corte – foi entregue pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

A presidente Enide Dino disse que recebeu a medalha com bastante emoção e agradeceu ao presidente do Tribunal, desembargador Lourival Serejo, pela concessão da comenda. "Esta medalha não pertence só a mim, pertence a todos. Agradeço ao meu neto, o vice-presidente Antonio Dino Tavares, aos conselhos curador e fiscal, a todos os funcionários, diretoria executiva, minhas voluntárias e, especialmente, ao Carlos Nina. Meus agradecimentos a todos que contribuíram conosco. A Fundação se sente honrada, neste momento, ao receber esta grandiosa medalha", resumiu.

Para o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, a Justiça hoje não cuida mais somente de leis, de resolver conflitos, mas tem uma missão maior, uma visão social. "No cumprimento dessa missão, está incluída dona Enide Dino. Estamos reconhecendo que o trabalho feito pela senhora Enide Dino, na Fundação Antonio Dino, tem um reflexo em uma de nossas missões, converge para as atribuições do Judiciário, que são a promoção do homem, a garantia do direito à vida, a qualidade de vida. É como se fosse um braço estendido da nossa missão de fazer esse lado humanitário da Justiça. Reconhecemos esse trabalho da dona Enide, de cuidar dos outros, um trabalho que se comunga", conclui.

Participaram da solenidade a assessora da presidente Enide Dino, Sílvia Dino; a gerente do laboratório de patologia do Hospital do Câncer Aldenora Bello, Rosila Dino; a assessora de Comunicação da Fundação Antonio Dino, Arícia Dino; e o membro do Conselho Curador da Fundação Antonio Jorge Dino, Carlos Nina.

#### MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO ANTÔNIO RODRIGUES VELLOZO

O Tribunal homenageia personalidades ilustres com a concessão da "Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo", criada pela Lei nº 2.814, de 4/12/1967, e regulamentada pela Resolução nº 4, de 24 de fevereiro de 1999, em homenagem ao primeiro chanceler do Tribunal da Relação de São Luís.

Ela é concedida a magistrados (as), membros (as) do Ministério Público, advogados (as), deputados (as) estaduais, deputados (as) federais, serventuários (as) e outras personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, constatados pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Poder Judiciário do Maranhão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 26/04/2022 - BLOG EDUARDO ERICEIRA NEGATIVA

CNJ intima Tribunal de Justiça do Maranhão para prestar esclarecimentos sobre preenchimento de novos cargos de desembargador

# CNJ intima Tribunal de Justiça do Maranhão para prestar esclarecimentos sobre preenchimento de novos cargos de desembargador

A conselheira Salise Sanchotene, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acatou parcialmente Procedimento de Controle Administrativo, protocolado pelo advogado Aldenor Cunha Rebouças Júnior, e determinou que o Tribunal de Justiça do Maranhão, em um prazo de cinco dias, preste esclarecimentos acerca do preenchimento de novos cargos de desembargador aprovados recentemente.

No seu pedido, Rebouças solicitou liminarmente suspensão dos efeitos dos editais de números 29/22, 30/22 e 31/22 que estabeleceram regras para acesso ao desembargo de juízes pelos critérios de merecimento, antiguidade e merecimento, respectivamente.

De acordo com o advogado, os atos administrativos do TJMA desrespeitam acórdãos do próprio CNJ e de pareceres da Procuradoria Geral da República, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal; além de violarem regra do Quinto Constitucional que determina que o trigésimo primeiro desembargador do Judiciário maranhense deve ser, obrigatoriamente, oriundo do Ministério Público Estadual, ao passo que o trigésimo sexto desembargador terá de ser aquele vindo da advocacia.

Somente depois de empossado o membro da carreira do Parquet, segundo o causídico, é que os editais dirigidos à magistratura podem ser expedidos.

"Requeiro a colheita de informações, que deverão ser acompanhadas das plantas arquitetônicas comprobatórias de espaço físico suficiente para a instalação dos sete gabinetes de desembargadores no prédio histórico onde funciona o TJMA; a notificação do MPMA, na qualidade de terceiro interessado; no mérito, a confirmação da liminar, com a determinação ao Requerido que proveja a trigésima primeira vaga de desembargador por membro oriundo do MPMA e preencha o trigésimo sexto cargo de desembargador por profissional integrante da carreira da advocacia", pontuou Rebouças.

Em sua decisão, a conselheira do CNJ afirmou que, de fato, merece atenção a notícia no sentido de que as vagas dedicadas ao quinto constitucional serão preenchidas apenas no segundo semestre de 2022.

Determinou, ainda, que o Tribunal preste os seguintes esclarecimentos: total de cadeiras existentes no Tribunal e quantas delas estão disponíveis para provimento por magistrados de carreira e para integrantes do quinto constitucional; relação de cadeiras ocupadas por membros oriundos do quinto constitucional e qual a origem, a fim de se aferir a devida alternância entre Membros do Ministério Público e da Advocacia, bem como o adequado arredondamento de eventual fração; previsão de sessão conjunta para deliberação quanto aos candidatos.

A conselheira entendeu que, por ora, não será necessário intimar o Ministério Público e a OAB do Maranhão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 26/04/2022 - BLOG GILBERTO LEDA POSITIVA Após decisão do TJ, Prefeitura de SLZ convoca professores a retornar às aulas

## Após decisão do TJ, Prefeitura de SLZ convoca professores a retornar às aulas

A Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semed), emitiu na noite de segunda-feira (25), edital de convocação para que todos os professores em greve retornem já nesta terça-feira (26) às salas de aula, sob penas de desconto dos dias não trabalhados em virtude do movimento.

A medida foi tomada após a desembargadora Francisca Galiza, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), autorizar o corte do ponto dos dias não trabalhados, ao ratificar a ilegalidade da paralisação e considerar que o Município não deu motivos para a mobilização.

"Os professores deverão se apresentar na Unidade de Educação Básica de lotação, no respectivo turno, para cumprimento regular da sua jornada e atividades pedagógicas, conforme calendário letivo", diz o ato oficial, assinado pela secretária municipal de Educação, Caroline Margues Salgado.

Ao decidir sobre o caso, na manhã de ontem, Galiza destacou que o Município pode efetuar os descontos das faltas nos salários do docentes, além de contratar professores temporários para dar andamento às aulas enquanto durar a paralisação.

"Uma vez não configurada a situação excepcional reconhecida pelo Excelso Tribunal, é possível o lançamento das faltas no período da paralisação, se assim definir o requerente", destacou a desembargadora no despacho. Ela também apontou que cabe ao Município decidir se abre, ou não, procedimentos administrativos contra os faltosos.

"No que refere à abertura de procedimento administrativo disciplinar em face dos professores grevistas, ao Poder Judiciário compete apreciar somente a regularidade do procedimento à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. O poder disciplinar e punitivo dos servidores da administração pública municipal é atribuição do Município de São Luís, a quem compete decidir sobre a instauração de procedimento administrativo disciplinar", completou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 26/04/2022 - BLOG GILBERTO LEDA NEUTRA Sindeducação diz estar tomando medidas contra corte de pontos de grevistas

## Sindeducação diz estar tomando medidas contra corte de pontos de grevistas

O Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Pública Municipal de São Luís (Sindeducação), afirmou nesta terça-feira, 26, que sua assessoria jurídica "já está tomando as providências cabíveis" contra a autorização concedida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para que a Prefeitura de São Luís desconte os dias de faltas dos professores em greve.

Parte da categoria está mobilizada desde a semana passada exigindo reajuste salarial linear da ordem de 33%.

"É preciso entender o posicionamento da desembargadora relatora sobre este assunto: cabe ao administrativo executar ou não os cortes de pontos e não ao Poder Judiciário decidir sobre tal matéria. No mais é decisão já consolidada no STF: faltas serão objeto de negociação e serão retiradas mediante a compensação. Nossa greve é legítima e está mantida!", diz o comunicado.

Na segunda-feira, 25, a desembargadora Francisca Galiza, do TJMA, autorizou não apenas o corte de pontos, como também a contratação de professores temporários para dar continuidade às aulas.

Depois disso, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) emitiu convocação para que os grevistas retornem às salas de aula a partir de hoje, sob pena de desconto dos dias não trabalhados em virtude do movimento (reveja).

"Os professores deverão se apresentar na Unidade de Educação Básica de lotação, no respectivo turno, para cumprimento regular da sua jornada e atividades pedagógicas, conforme calendário letivo", diz o ato oficial, assinado pela secretária municipal de Educação, Caroline Marques Salgado.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 26/04/2022 - BLOG GILBERTO LEDA NEUTRA

AL aprova pedido de dados da OAB sobre mulheres em listas para o TJMA

## AL aprova pedido de dados da OAB sobre mulheres em listas para o TJMA

Um requerimento apresentado na semana passada pela deputada Daniella (PSB) – reveja – foi aprovado nesta terça-feira, 26, pela Assembleia Legislativa do Maranhão e obriga a Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a apresentar informações sobre o histórico de indicações de advogadas nas listas sêxtuplas encaminhadas pela entidade para disputa por vagas de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão pelo chamado Quinto Constitucional.

O pedido foi apreciado pela Mesa Diretora da Casa (saiba mais).

Segundo a solicitação, a parlamentar quer informações detalhadas de quantas mulheres já foram incluídas nas listas para concorrer ao cargo desde a criação da Ordem até os dias de hoje. Ela questiona, ainda, se existe na OAB algum projeto exigindo que haja paridade de gênero na composição dessas listas.

"Trabalhando pela paridade de gênero", destacou a parlamentar nas redes, após a aprovação da matéria.

O debate deve ganhar força no Maranhão nas próximas semanas em virtude da criação de sete novas vagas de desembargador no Tribunal de Justiça estadual. Uma delas será preenchida por indicação da OAB-MA, que encaminhará uma lista sêxtupla para a corte.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - POSSE 26/04/2022 - BLOG GILBERTO LEDA POSITIVA
TJMA define novos desembargadores nesta quarta; veja quem concorre

## TJMA define novos desembargadores nesta quarta; veja quem concorre

Os desembargadores e as desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizam nesta quarta-feira (27), sessão plenária administrativa extraordinária e complementar, e sessão jurisdicional, de forma híbrida (presencial e por sistema de videoconferência), a partir das 9h.

Conforme a pauta da sessão, deverão ser julgados dois processos de acesso ao cargo de desembargador pelo critério de merecimento e um processo pelo critério de antiguidade.

Para acesso ao cargo de desembargador pelo critério de merecimento estão inscritos nos dois processos, as juízas e juízes Sebastião Joaquim Lima Bonfim, Gervásio Protásio dos Santos Júnior, Jamil Aguiar da Silva, Raimundo Nonato Neris Ferreira, José Américo Abreu Costa, José Eulálio Figueiredo de Almeida, Maria do Socorro Mendonça Carneiro, Nelson Melo de Moraes Rêgo, Márcia Cristina Coelho Chaves, Oriana Gomes, Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos, Edimar Fernando Mendonça de Sousa, Carlos Henrique Rodrigues Veloso, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra, Jesus Guanaré de Sousa Borges, Alice de Sousa Rocha, Lucas da Costa Ribeiro Neto.

Para acesso ao cargo de desembargador pelo critério de antiguidade, estão inscritos a juíza Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro e os juízes Samuel Batista de Souza e Lucas da Costa Ribeiro Neto.

O Tribunal Pleno deverá julgar 69 processos na sessão virtual que terá início às 15h desta quarta-feira (27), e término às 14h59 do dia 4 de maio ou, não se realizando, na Sessão Virtual subsequente, nos termos do Art. 341 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão.

As informações são do TJMA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRECATÓRIOS 26/04/2022 - BLOG GILBERTO LEDA POSITIVA

Dr. Julinho recebe Selo de Regularidade por quitação de precatórios

## Dr. Julinho recebe Selo de Regularidade por quitação de precatórios

Em reconhecimento aos municípios que estão em dia com os precatórios, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, entregou o Selo de Regularidade de Precatórios aos municípios de São Luís, de São José de Ribamar e de Paço do Lumiar, representados, respectivamente, pelos prefeitos Eduardo Braide, Julio Cesar Souza Matos e Paula Azevedo. A entrega ocorreu nesta terça-feira (26), no gabinete da presidência.

O selo integra o Programa de Certificação de Regularidade no pagamento de precatórios devidos pelo Poder Público (União, estado e município), instituído em abril deste ano pelo Judiciário maranhense. O programa é uma forma de incentivar a quitação de precatórios judiciais pelos entes públicos, com foco em uma administração pública cada vez mais eficaz e economicamente equilibrada

Além disso, o Selo avalia o respeito às decisões judiciais e a boa conduta dos municípios devedores em relação às suas dívidas no pagamento de precatórios, sendo um "reconhecimento da boa prática administrativa pública de, respeitando as normas constitucionais, disponibilizar recursos de forma regular e tempestiva para o pagamento de precatórios judiciais", destaca o presidente do TJMA.

Estiveram presentes, na entrega do Selo, o juiz auxiliar da Presidência e gestor da Coordenadoria de Precatórios do TJMA, Marco Adriano Ramos Fonsêca, e o coordenador de Precatórios do TJMA, Tamer Moraes Heluy, bem como os procuradores do municípios.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 26/04/2022 - BLOG GLAUCIO ERICEIRA NEGATIVA

CNJ intima Tribunal de Justiça do Maranhão para prestar esclarecimentos sobre preenchimento de novos cargos de desembargador

# CNJ intima Tribunal de Justiça do Maranhão para prestar esclarecimentos sobre preenchimento de novos cargos de desembargador

Publicado em 26 de abril de 2022

A conselheira Salise Sanchotene, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acatou parcialmente Procedimento de Controle Administrativo, protocolado pelo advogado Aldenor Cunha Rebouças Júnior, e determinou que o Tribunal de Justiça do Maranhão, em um prazo de cinco dias, preste esclarecimentos acerca do preenchimento de novos cargos de desembargador aprovados recentemente – reveja e reveja.

No seu pedido, Rebouças solicitou liminarmente suspensão dos efeitos dos editais de números 29/22, 30/22 e 31/22 que estabeleceram regras para acesso ao desembargo de juízes pelos critérios de merecimento, antiguidade e merecimento, respectivamente.

De acordo com o advogado, os atos administrativos do TJMA desrespeitam acórdãos do próprio CNJ e de pareceres da Procuradoria Geral da República, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal; além de violarem regra do Quinto Constitucional que determina que o trigésimo primeiro desembargador do Judiciário maranhense deve ser, obrigatoriamente, oriundo do Ministério Público Estadual, ao passo que o trigésimo sexto desembargador terá de ser aquele vindo da advocacia.

Somente depois de empossado o membro da carreira do Parquet, segundo o causídico, é que os editais dirigidos à magistratura podem ser expedidos.

"Requeiro a colheita de informações, que deverão ser acompanhadas das plantas arquitetônicas comprobatórias de espaço físico suficiente para a instalação dos sete gabinetes de desembargadores no prédio histórico onde funciona o TJMA; a notificação do MPMA, na qualidade de terceiro interessado; no mérito, a confirmação da liminar, com a determinação ao Requerido que proveja a trigésima primeira vaga de desembargador por membro oriundo do MPMA e preencha o trigésimo sexto cargo de desembargador por profissional integrante da carreira da advocacia", pontuou Rebouças.

Em sua decisão, a conselheira do CNJ afirmou que, de fato, merece atenção a notícia no sentido de que as vagas dedicadas ao quinto constitucional serão preenchidas apenas no segundo semestre de 2022.

Determinou, ainda, que o Tribunal preste os seguintes esclarecimentos: total de cadeiras existentes no Tribunal e quantas delas estão disponíveis para provimento por magistrados de carreira e para integrantes do quinto constitucional; relação de cadeiras ocupadas por membros oriundos do quinto constitucional e qual a origem, a fim de se aferir a devida alternância entre Membros do Ministério Público e da Advocacia, bem como o adequado arredondamento de eventual fração; previsão de sessão conjunta para deliberação quanto aos candidatos.

A conselheira entendeu que, por ora, não será necessário intimar o Ministério Público e a OAB do Maranhão.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 26/04/2022 - BLOG JOHN CUTRIM POSITIVA

TJMA define três novos(a) desembargadores(as) na sessão plenária desta quarta

## TJMA define três novos(a) desembargadores(as) na sessão plenária desta quarta

Os desembargadores e as desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizam nesta quarta-feira (27), sessão plenária administrativa extraordinária e complementar, e sessão jurisdicional, de forma híbrida (presencial e por sistema de videoconferência), a partir das 9h.

#### PAUTA DA SESSÃO PLENÁRIA ADMINISTRATIVA EXTRAORDINÁRIA

Conforme a pauta da sessão, deverão ser julgados dois processos de acesso ao cargo de desembargador pelo critério de merecimento e um processo pelo critério de antiguidade.

Acesso ao cargo de desembargador pelo critério de merecimento estão inscritos nos dois processos, as juízas e juízes Sebastião Joaquim Lima Bonfim, Gervásio Protásio dos Santos Júnior, Jamil Aguiar da Silva, Raimundo Nonato Neris Ferreira, José Américo Abreu Costa, José Eulálio Figueiredo de Almeida, Maria do Socorro Mendonça Carneiro, Nelson Melo de Moraes Rêgo, Márcia Cristina Coelho Chaves, Oriana Gomes, Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos, Edimar Fernando Mendonça de Sousa, Carlos Henrique Rodrigues Veloso, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra, Jesus Guanaré de Sousa Borges, Alice de Sousa Rocha, Lucas da Costa Ribeiro Neto.

Acesso ao cargo de desembargador pelo critério de antiguidade, estão inscritos a juíza Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro e os juízes Samuel Batista de Souza e Lucas da Costa Ribeiro Neto.

#### PAUTA COMPLEMENTAR DA SESSÃO PLENÁRIA ADMINISTRATIVA EXTRAORDINÁRIA

Na pauta complementar, OFÍCIO-GCGJ nº 918, de 22 de abril de 2022, do desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, nos termos do art. 708 do Regimento Interno desta Corte, que indica o servidor Carlos Anderson dos Santos Ferreira, analista judiciário, para o cargo de Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça.

#### PAUTAS DA SESSÃO JURISDICIONAL

Conforme as pautas da sessão, deverão ser julgados 10 processos eletrônicos e um processo físico.

#### SESSÃO VIRTUAL

O Tribunal Pleno deverá julgar 69 processos na sessão virtual que terá início às 15h desta quarta-feira (27), e término às 14h59 do dia 4 de maio ou, não se realizando, na Sessão Virtual subsequente, nos termos do Art. 341 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão.

# Leia mais: https://jornalpequeno.blog.br/johncutrim/tjma-define-tres-novosa-desembargadoresas-na-sessao-plenaria-desta-quarta/#ixzz7RbgfDiLF



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRECATÓRIOS 26/04/2022 - BLOG JORGE ARAGÃO POSITIVA

Paço do Lumiar recebe o Selo de Bom Pagador do TJ-MA

#### Paço do Lumiar recebe o Selo de Bom Pagador do TJ-MA

Nesta terça-feira (26), o município de Paço do Lumiar recebeu o Selo de Regularidade do Pagamento de Precatórios como Bom Pagador. O selo faz parte do Programa de Certificação de Regularidade no pagamento de precatórios devidos pelo Poder Público. O certificado foi entregue pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Lourival Serejo a prefeita de Paço do Lumiar, Paula Azevedo.

"Essa é uma estratégia para estimular os entes públicos para quitar os precatórios judiciais pendentes. Em reconhecimento da boa prática administrativa pública de, respeitando as normas constitucionais, disponibilizar recursos de forma regular e tempestiva para o pagamento de precatórios judiciais", destaca o presidente do TJMA.

Paço do Lumiar mais uma vez é reconhecido pela transparência, equilíbrio financeiro com as contas públicas e eficácia nos pagamentos.

"Nossa gestão tem como um dos pilares a transparência, estamos trabalhando para colocar a casa cada dia mais em ordem e proporcionar à população mais qualidade de vida e bem-estar. Estamos muito felizes com esse certificado e sabemos que daqui para frente Paço do Lumiar segue avançando ainda mais rumo ao desenvolvimento", disse Paula Azevedo.

O Certificado, referente ao ano de 2021, reconhece, de acordo com Tribunal de Justiça, o pagamento das dívidas fazendárias revelando a boa conduta financeira do município, destacando a legalidade da gestão vigente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 26/04/2022 - BLOG LUÍS CARDOSO POSITIVA

Justiça suspende contratação de R\$ 39 milhões em São José de Ribamar por suspeita de irregularidade

#### Justiça suspende contratação de R\$ 39 milhões em São José de Ribamar por suspeita de irregularidade

A Justiça do Maranhão suspendeu um processo sem transparência de contratação de entidade privada sem fins lucrativos para o gerenciamento e execução de atividades, ações e serviços de saúde no Hospital e Maternidade de São José de Ribamar, ao custo de mais de R\$ 39 milhões aos cofres públicos, pelo período de 12 meses.

O município é comandado pelo médico Júlio César de Souza Matos, o Dr. Julinho. Ele é filiado ao PL, partido do presidente da República Jair Bolsonaro.

A decisão foi tomada e confirmada, respectivamente, em primeira e segunda instância para verificação de possíveis irregularidades dos atestados de capacidade técnica, notas fiscais e contratos apresentados pela entidade habilitada no processo licitatório pela gestão municipal, o Instituto de Desenvolvimento e Gestão, o IDG.

Também foi determinada a habilitação do Instituto Nacional de Tecnologia, Educação, Cultura e Saúde, o Intecs, que já prestava os serviços e deve ter o contrato emergencial de gestão prorrogado até o julgamento do mérito do caso.

Registrado inicialmente como Instituto de Desenvolvimento do Médio Sertão (Idemese), o agora IDG tem como diretor-presidente o contador Paulo Herberth Neves Cabral.

Recentemente, a entidade mudou de endereço: antes registrado na Rua Raimundo Borba Galvão, no Centro de Mirador, agora passou para a Rua Marcelino Champagnat, em uma pequena sala no Edifício Cristal Center, no Jardim Renascença, em São Luís.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRECATÓRIOS 26/04/2022 - BLOG MARAMAIS POSITIVA

Eduardo Braide recebe Selo de Regularidade de Pagamento de Precatórios entregue pelo Tribunal de Justiça

## Eduardo Braide recebe Selo de Regularidade de Pagamento de Precatórios entregue pelo Tribunal de Justiça

O prefeito Eduardo Braide recebeu, na manhã desta terça-feira (26), do presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA), desembargador Lourival Serejo, o Selo de Regularidade de Pagamento de Precatórios, conferido aos entes públicos que, no exercício 2021, tenham cumprido integralmente a programação constitucional do repasse ao TJ-MA dos recursos destinados ao pagamento de requisições judiciais.

Ao receber o selo das mãos do presidente do TJ-MA, o prefeito Eduardo Braide, que estava acompanhado do Procurador-Geral do Município, Bruno Duailibe, e dos procuradores João Simão Teixeira e Alex Rahbani, destacou a importância do trabalho da Procuradoria-Geral do Município (PGM) para o reconhecimento feito hoje.

"O pagamento dos precatórios é um dever do poder público, além de ser fundamental para a redução das dívidas públicas a manutenção do equilíbrio financeiro dos entes públicos. Nossa gestão tem como norte o cumprimento de todos os princípios de legalidade e probidade administrativa e, nesse sentido, o trabalho que vem sendo executado pela PGM é fundamental. O recebimento deste selo é mais uma forma de reforçar o nosso compromisso com todos estes princípios", afirmou.

O presidente do TJ-MA, desembargador Lourival Serejo, destacou que o Município de São Luís cumpre com a regularidade no pagamento dos precatórios. "A entrega deste selo ao Município de São Luís, que é capital do estado, e ao prefeito Eduardo Braide, é uma forma de estimular todas as cidades maranhenses a cumprirem com suas responsabilidades com relação ao pagamento dos precatórios, evitando prejuízos futuros decorrentes destas dívidas", disse.

Por meio do selo, o TJ-MA certifica o Município de São Luís como bom pagador em reconhecimento ao pagamento das dívidas fazendárias, comportamento que se amolda aos princípios da moralidade, legalidade e probidade administrativa, revelando a conformação da atuação do ente público com os postulados do Estado Democrático de Direito e a boa conduta financeira, nos termos do art. 100 da Constituição Federal.

Estiveram presentes, também, durante a entrega do Selo de Regularidade de Pagamento de Precatórios, o coordenador de Precatórios do tribunal, Tamer Moraes Heluy; e o juiz gestor do TJ-MA, Marco Adriano Ramos Fonseca.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 26/04/2022 - BLOG O CUBO NEUTRA EDUARDO BRAIDE USA NOVAMENTE A JUSTIÇA CONTRA OS TRABALHADORES

## EDUARDO BRAIDE USA NOVAMENTE A JUSTIÇA CONTRA OS TRABALHADORES

Nesta segunda-feira (25), o Tribunal de Justiça do Maranhão, através da desembargadora Francisca Galiza, autorizou que a Prefeitura de São Luís desconte dos salários as faltas dos professores que estão em movimento de greve.

#### Anúncios

"Uma vez não configurada a situação excepcional reconhecida pelo Excelso Tribunal, é possível o lançamento das faltas no período da paralisação, se assim definir o requerente", destacou a desembargadora no despacho.

Não é a primeira vez que o prefeito de São Luís, Eduardo Braide (sem partido), prefere usar a justiça contra os servidores municipais em vez do dialogo.

#### Anúncios

Na semana passada, durante audiência de conciliação, a Prefeitura, via Secretaria Municipal de Educação (Semed), ofereceu reajuste de 10,06% aos professores da rede municipal de ensino. Os educadores cobram o aumento linear de mais de 33%, conforme foi a portaria do FNDE.

A Sindeducação organizará uma coletiva de imprensa ainda nesta segunda-feira para dá mais informações sobre a greve dos professores.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PROCESSO SELETIVO 26/04/2022 - BLOG O CUBO POSITIVA

TJMA DIVULGA EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ SUBSTITUTO

#### TJMA DIVULGA EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ SUBSTITUTO

Ao todo são 15 vagas para o cargo de juiz substituto e formação de cadastro reserva

#### Anúncios

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e a presidente da Comissão de Concurso Público, juíza Jaqueline Reis Caracas, assinaram nesta segunda-feira (25), o edital de Concurso Público para o provimento de 15 vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Juiz Substituto.

O concurso - que ficará a cargo do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) - seguirá as normas estabelecidas em regulamento aprovado pela Resolução nº. 105/2021, publicada em 7 de janeiro de 2022, no Diário da Justiça Eletrônico, pelo Edital e pelas legislações aplicáveis.

#### Anúncios

As inscrições serão realizadas no período de 10h do dia 27/04/2022 até às 18h do dia 26/05/2022 (observado o horário de Brasília), via internet, no site https://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), no valor de R\$ 304,04 (trezentos e quatro reais e quatro centavos).

Todas as etapas presenciais do concurso serão realizadas na cidade de São Luís/MA, para todos os candidatos, bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros.

#### Anúncios

O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe - Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), ressalvado o disposto no subitem 14.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

Confira informações detalhadas sobre o Concurso nos documentos abaixo:

EDITAL GP Nº 11, DE 25 DE ABRIL DE 2022

RESOLUÇÃO GP Nº. 105202



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PROCESSO SELETIVO 26/04/2022 - BLOG O INFORMANTE POSITIVA

TJMA divulga edital de concurso público para juiz substituto

#### TJMA divulga edital de concurso público para juiz substituto

Por: O Informante

Data de publicação: 25/04/2022 - 16:16

Foto: Reprodução

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e a presidente da Comissão de Concurso Público, juíza Jaqueline Reis Caracas, assinaram, nesta segunda-feira, 25, o edital de Concurso Público para o provimento de 15 vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Juiz Substituto.

O concurso - que ficará a cargo do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) - seguirá as normas estabelecidas em regulamento aprovado pela Resolução nº. 105/2021, publicada em 7 de janeiro de 2022, no Diário da Justiça Eletrônico, pelo Edital e pelas legislações aplicáveis.

As inscrições serão realizadas no período de 10h do dia 27/04/2022 até às 18h do dia 26/05/2022 (observado o horário de Brasília), via internet, no site https://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), no valor de R\$ 304,04 (trezentos e quatro reais e quatro centavos).

Todas as etapas presenciais do concurso serão realizadas na cidade de São Luís/MA, para todos os candidatos, bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros.

O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe - Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), ressalvado o disposto no subitem 14.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 26/04/2022 - BLOG ZECA SOARES NEUTRA Assembleia aprova requerimento importante da deputada Daniella

#### Assembleia aprova requerimento importante da deputada Daniella

A Assembleia Legislativo aprovou, nesta terça-feira (26), um requerimento apresentado pela deputada Daniella (PSB) que obriga a Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a apresentar informações sobre o histórico de indicações de advogadas nas listas sêxtuplas encaminhadas pela entidade para disputa por vagas de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão pelo chamado Quinto Constitucional.

O requerimento é resultado da luta da deputada Daniella pela paridade de gênero.

'A Assembleia Legislativa acaba de aprovar nosso requerimento, que solicita à OAB-MA informações sobre histórico de participação das mulheres inscritas em seus quadros para concorrer ao cargo de desembargadores indicados pelo Quinto Constitucional. Trabalhando pela paridade de gênero", destaca a deputada Daniella nas redes sociais.

A deputada Daniella quer informações detalhadas de quantas mulheres já foram incluídas nas listas para concorrer ao cargo desde a criação da Ordem até os dias de hoje. Ela questiona, ainda, se existe na OAB algum projeto exigindo que haja paridade de gênero na composição dessas listas.

O debate deve ganhar força no Maranhão nas próximas semanas em virtude da criação de sete novas vagas de desembargador no Tribunal de Justiça estadual. Uma delas será preenchida por indicação da OAB-MA, que encaminhará uma lista sêxtupla para a corte.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 26/04/2022 - PORTAL VARADA.COM NEUTRA

Entenda sobre o caso da Greve da Educação Municipal de São Luís

#### Entenda sobre o caso da Greve da Educação Municipal de São Luís

26 de abril de 2022

Nos últimos dias a greve dos professores, deflagrada pelo Sindicato dos Profissionais do Ensino Público de São Luís (Sindeducação) no dia 18 de abril, ganhou destaque importante nos veículos de comunicação.

A iniciativa foi resultado da insatisfação após a Prefeitura de São Luís oferecer reajuste de 5%, a luta também está compromissada em agir pela situação das escolas, para que ofereçam condições dignas para toda a comunidade escolar, em pedir o fim do assédio moral e cobrar mais transparência da prefeitura sobre orçamentos e contas.

O movimento paredista foi decidido no dia 8 de abril, dez dias depois, pela manhã do dia 18 deste mês, os professores da rede municipal de ensino de São Luís realizaram o primeiro protesto contra a Prefeitura de São Luís.

A principal pauta foi a reivindicação do salário aumentado em 5%, indo ao encontro do piso nacional que prevê o aumento de 33,24%.

A marcha teve início na Praça Deodoro, durante a caminhada os professores foram até o Palácio de La Ravardière, sede do executivo municipal. A classe ainda alega que menos de 50% das 258 escolas foram reformadas na capital maranhense, não havendo, dessa forma, condições de darem aula.

Já no dia 20 de abril houve uma audiência de conciliação marcada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, na qual os professores esperavam uma nova proposta de reajuste da Prefeitura de São Luís, por meio da Secretária Municipal de Educação (Semed).

Após a realização da Assembleia, os professores decidiram rejeitar a proposta de reajuste salarial de 10,06% e seguiram com o movimento grevista.

Em nota, a Semed se pronunciou, "o percentual ofertado demonstra todo o esforço do Município para assegurar este reajuste aos professores (ativos, inativos e pensionistas de nível superior), respeitando a realidade orçamentária e financeira municipal, além de garantir a valorização dos profissionais do Magistério e os investimentos necessários para a educação".

Em resposta, a Prefeitura de São Luís marcou uma coletiva, no dia 20 deste mês, para anunciar que os impactos financeiros e orçamentários com a concessão do reajuste salarial de 10,06% têm valor acima de R\$ 60 milhões.

Eduardo Braide ainda explicou que o reajuste dos salários em 33,24%, estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) ao magistério, é para os profissionais que recebem menos de R\$ 3.845,63 (por 40h semanais) ou R\$ 1.922,81 (por 20h semanais).

O comando de greve e professores da base realizou, no domingo (24) uma panfletagem na Feirinha São Luís,

ocasião onde distribuíram mais de 2 mil panfletos.

Nessa segunda-feira, foi anunciada a segunda manifestação pelas ruas da Capital, o ponto de encontro foi na praça da Igreja São Francisco, a partir das 8h os manifestantes seguiram pela Ponte do São Francisco em direção a Praça Pedro II, onde funciona a sede da Prefeitura de São Luís.

Neste mesmo dia a desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, Francisca Galiza, autorizou a Prefeitura de São Luís a penalizar as faltas dos professores que insistem em manter um movimento de greve já declarado ilegal pela própria magistrada através do desconto nos salários. Francisca também autorizou a contratação de professores temporários durante este período de greve.

O Sindicato dos Profissionais do Ensino Público de São Luís (Sindeducação), que deflagrou greve geral desde o dia 18 de abril, assinou ainda na segunda-feira (25) um termo de cooperação com vereadores da Câmara Municipal de São Luís.

O termo foi assinado ao final da passeata que começou no Bairro do São Francisco, a sindicalista Sheila Bordalo informou que o termo assinado esclarece a trajetória da greve, citando cinco reuniões onde o sindicato teria apresentado e cobrado dados da Prefeitura.

Participaram do termo de cooperação os vereadores Thyago Freitas (DC), Edson Gaguinho (DEM), Karla Sarney (PSD), Concita Pinto (PCdoB), Ribeiro Neto (PMN), Marcial Lima (Podemos), Andrey Monteiro (Republicanos), Fátima Araújo (PCdoB), Marquinhos (DEM), Astro (PCdoB) e Coletivo Nós (PT).

Nesta terça-feira (26), os profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino voltaram com as manifestações. Através do Instagram, o Sindeducação divulgou a agenda de luta, que conta com panfletagem nos terminais de São Luís e na feira da Cidade Operária. De acordo com o Sindicato, o momento é muito importante para conversar e divulgar a demanda da classe que não se restringe ao reajuste salarial.

Em nota, o Ministério Público do Estado do Maranhão relatou que está ciente da Greve da Educação Municipal de São Luís. "À vista disso, as Promotorias Especializadas atuarão, através de audiências a serem realizadas, como órgão de mediação entre as partes, visando minimizar os prejuízos causados à comunidade escolar como um todo, que vem se estendendo desde o início da pandemia de COVID-19 e tendem a se perpetuar com a ausência de acordo entre as partes envolvidas durante este movimento grevista, de modo a promover o restabelecimento das negociações e pôr fim à greve dos professores da rede municipal, por ser o serviço educacional de natureza essencial e inadiável a necessidade de sua normalização", informa a nota.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 26/04/2022 - SITE AGORA SANTA INÊS NEUTRA

PREFEITURA DE VITÓRIA DO MEARIM VAI AO SUPREMO, MAS PRESIDENTE LUIZ FUX NÃO AUTORIZA SHOW DE WESLEY SAFADÃO

# PREFEITURA DE VITÓRIA DO MEARIM VAI AO SUPREMO, MAS PRESIDENTE LUIZ FUX NÃO AUTORIZA SHOW DE WESLEY SAFADÃO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, confirmou posicionamento do Ministério Público do Maranhão e indeferiu, neste domingo, 24, recurso do Município de Vitória do Mearim para realização do show do cantor Wesley Safadão com recursos públicos. Com isso, o evento, contratado com dispensa de licitação no valor de R\$ 500 mil, não foi realizado. No sábado, 23, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia mantido decisão em caráter liminar do juiz da comarca de Vitória do Mearim, que foi prolatada em recurso interposto pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, após o Tribunal de Justiça do Maranhão ter suspendido a decisão do juiz que cancelou o show, nos autos da Ação Civil Pública proposta pela promotora de justiça Karina Freitas Chaves. Entenda o caso - No dia 7 de abril, o Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Vitória do Mearim, ingressou com uma Ação Civil Pública com pedido de liminar contra o Município e o prefeito Raimundo Nonato Everton Silva, para suspender o show do cantor Wesley Safadão e outros artistas, anunciado para comemorar o aniversário da cidade. Já no dia 11 de abril, o juiz João Paulo de Sousa Oliveira, titular da Comarca de Arari, respondendo por Vitória do Mearim, decidiu atender ao pedido do MPMA, assinado pela promotora de justiça Karina Freitas Chaves, e suspendeu o show. Na decisão, o juiz determinou que o Município de Vitória do Mearim se abstivesse de efetuar quaisquer pagamentos ou transferências financeiras decorrentes do contrato estabelecido para a contratação do artista, bem como garantir a não contratação de outra atração artística dessa magnitude. O Município recorreu, e o Tribunal de Justiça suspendeu a decisão do juiz na primeira instância. Mas, após recurso interposto pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a decisão do juiz em caráter liminar, garantindo a suspensão do show. Após novo recurso impetrado pelo Município de Vitória do Mearim, o Ministério Público do Maranhão conseguiu nova vitória no STF, não cabendo mais recursos. Segundo o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, é papel do Ministério Público garantir a aplicação correta dos recursos públicos. "Já havíamos conseguido a vitória no STI e conseguimos a confirmação no STF para a suspensão desse show porque entendemos que existem demandas mais urgentes no município. Não podemos permitir que o município gaste 500 mil reais com show enquanto a população sofre com a falta de medicamentos básicos", destacou. (Redação: CCOM-MPMA)SANTA INÊS"FUROU A FILA?"Já aqui em Santa Inês, o MP não tomou conhecimento (é o que parece) dos custos dos oito dias de festas, incluindo feirinha, shows com artistas de renome nacional como Claudia Leitte, Mara Pavanelly, Som e Louvor e outros, estruturas de palcos som e luz para ao menos dois ou três locais, aluquel de tendas, frete de jatinho, passagens aéreas e outras despesas, e o prefeito Felipe Oliveira não teve dificuldade para fazer a "festança" com ares de política e exposição pessoal, e nem mesmo um decreto que ele havia publicado, cum validade até o dia 21 de março, salvo engano, no qual havia muitas restrições públicas em razão da pandemia da covid19, foi respeitado por ele, uma vez que o calendário festivo teria ido do dia 7 a 13 ou 14 de março, quando o decreto estava em pleno vigor. Questiona-se o MP se tudo vai ficar por isso mesmo, ou se o errado somos nós, de estarmos cobrando as devidas providências para atos que se nos parece "fora da curva"? Ah, só para fechar, em Bacabal também o MP barrou a festa de aniversário do município que ia acontecer na semana passada com Xand Avião e outras atrações e custos de 750 mil reais. Lá o prefeito acatou a recomendação do MP sem recorrer. (Parte de Santa Inês/ Conteúdo do AGORA!)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA 26/04/2022 - SITE AGORA SANTA INÊS POSITIVA TJMA CONTRATA NOVO DATA CENTER PARA O JUDICIÁRIO

#### TJMA CONTRATA NOVO DATA CENTER PARA O JUDICIÁRIO

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, anunciou que o TJMA está contratando, por meio de licitação, um novo Data Center para o Judiciário. Mais moderno e com mais recursos tecnológicos, ele permitirá que o Tribunal de Justiça opere, simultaneamente, com dois centros de processamento de dados, garantindo o funcionamento dos sistemas e serviços. A medida atende, também, a Resolução CNJ nº 370, que orienta os tribunais a implantar dois centros de processamento de dados, de modo a garantir a continuidade dos sistemas do Judiciário, em caso de falha. Além disso, a implantação permitirá melhorar a nota do TJMA no iGOV-TIC JUD, índice do Conselho Nacional de Justiça que mede o grau de maturidade das áreas de TI dos tribunais, colaborando também para a obtenção do Selo Ouro pelo TJMA.O novo Data Center será instalado no Fórum de São Luís e deve começar a operar até o mês de agosto de 2022.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA 26/04/2022 - SITE AGORA SANTA INÊS POSITIVA TJMA HOMENAGEIA EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA JOSÉ SARNEY

#### TJMA HOMENAGEIA EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA JOSÉ SARNEY

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) homenageou, na sexta-feira (22), o ex-presidente da República, José Sarney, com a concessão da Medalha Especial Cândido Mendes, a mais alta comenda do Poder Judiciário Estadual. A comenda foi entregue na residência do ex-presidente da República, ex-senador e ex-governador do Maranhão, com a presença dos desembargadores Lourival Serejo (presidente do Tribunal de Justiça), Paulo Velten (corregedor-geral da Justiça e presidente eleito do TJMA para o biênio 2022/2024), Jamil Gedeon e Jorge Rachid (autores da proposta de concessão da comenda), Bayma Araújo (decano do Tribunal de Justiça), Raimundo Barros, Vicente de Castro e Marcelino Everton. Na oportunidade, os desembargadores enalteceram a história de José Sarney e sua importante contribuição para o Brasil e para o Maranhão como homem público comprometido com o desenvolvimento da Nação.O ato de entrega da medalha ao ex-presidente da República, José Sarney, foi acompanhado pela sua esposa, Marly Sarney, e pela sua filha e ex-governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney. MEDALHA CÂNDIDO MENDESA Medalha Cândido Mendes - idealizada pelo decano da Corte de Justiça Maranhense, desembargador Bayma Araújo - é uma reverência ao jurista maranhense Cândido Mendes, que ganhou notoriedade nacional pelos estudos jurídicos e pelas ações em defesa das fronteiras do país. A comenda máxima do Poder Judiciário do Maranhão foi criada pela Resolução nº 56, de 23 de outubro de 2013, e reverência autoridades que se destacam no cenário estadual e nacional, incluindo desembargadores, conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, governadores, ministros de tribunais superiores, ministros de Estado, senadores e presidentes da República.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 26/04/2022 - SITE G1 MARANHÃO POSITIVA

(Matéria publicada em 25.04.2022) - Greve dos professores: Justiça determina que Prefeitura desconte dias parados da categoria em São Luís

## Greve dos professores: Justiça determina que Prefeitura desconte dias parados da categoria em São Luís

A decisão foi divulgada nesta segunda-feira (25) é da desembargadora Francisca Galiza. Categoria está em greve há uma semana.

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) autorizou, nesta segunda-feira (25), que a Prefeitura de São Luís, desconte do salário os dias de paralisação dos professores da rede municipal de São Luís. A categoria está em greve há uma semana.

A decisão é da desembargadora Francisca Galiza. O documento também autoriza que o Município de São Luís contrate professores temporários para dar andamento às aulas na rede municipal de ensino. Na semana passada, a magistrada já havia decretado a ilegalidade do movimento grevista.

"Uma vez não configurada a situação excepcional reconhecida pelo Excelso Tribunal, é possível o lançamento das faltas no período da paralisação, se assim definir o requerente. No que refere à abertura de procedimento administrativo disciplinar em face dos professores grevistas, ao Poder Judiciário compete apreciar somente a regularidade do procedimento à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. O poder disciplinar e punitivo dos servidores da administração pública municipal é atribuição do Município de São Luís, a quem compete decidir sobre a instauração de procedimento administrativo disciplinar", diz a decisão.

#### Passeata em São Luís

Nesta segunda-feira, os professores realizaram uma passeata pela avenida Castelo Brando, no bairro do São Francisco, em protesto para exigir o reajuste salarial.

A categoria se concentrou em frente a Igreja do São Francisco, fez uma parada em frente à Secretaria Municipal de Educação (Semed) e de lá seguiram pela ponte do São Francisco, rumo à Câmara de Vereadores, para chamar a atenção do poder legislativo municipal para o movimento.

#### Greve dos professores

Os professores da rede municipal de ensino de São Luís entraram em greve em 18 de abril. Segundo o Sindicato dos Profissionais do Ensino Público de São Luís (Sindeducação), o movimento foi aprovado pelos professores após a Prefeitura de São Luís oferecer reajuste de 5%.

O valor, segundo o Sindicato, é muito abaixo do que a categoria reivindica em sua campanha salarial. Os professores pedem a atualização do piso nacional de 33,24% para docentes do nível médio, e a repercussão em toda tabela salarial do magistério, com 36,56% de reajuste para todos os professores com nível superior.

O reajuste de 33,24% foi aprovado pelo governo federal, no dia 4 de fevereiro deste ano, com isso, o piso passou de R\$ 2.886 para R\$ 3.845.

De acordo com o Sindeducação, os professores da rede municipal de ensino estão há 5 anos sem aumento de salário, e a proposta feita pela Prefeitura de São Luís, de reajustar em apenas 5% os salários, era considerada 'imoral' pela categoria.

Ainda segundo o sindicato, além de rejeitarem a proposta de 5% da prefeitura, os professores também assumiram o compromisso de lutar por escolas que ofereçam condições dignas para toda a comunidade escolar.

### Proposta de 10,06%

Na quarta-feira (20), a Semed informou que havia apresentado uma nova proposta de reajuste salarial para os professores, de 10,06%. A proposta foi feita durante uma audiência de conciliação no Tribunal de Justiça.

Segundo a secretaria, o reajuste seria destinado para os servidores ativos, inativos e pensionista de nível superior, respeitando a realidade orçamentária do município e garantindo a valorização dos profissionais. Entretanto, a categoria não aceitou a proposta e seguiu com o movimento grevista.

#### Panorama da greve

Em coletiva de imprensa realizada na sexta-feira (22), o prefeito de São Luís, Eduardo Braide (sem partido), apresentou um panorama da proposta feita pelo município e que foi apresentada aos professores.

Durante a coletiva, o prefeito afirmou que era necessário cumprir a atualização salarial, com enfoque nos professores com salários inferiores ao valor do piso nacional, fixado em R\$ 3.845, após a nova lei entrar em vigor.

"O fato de dizer que o reajuste (salarial) não é linear quer dizer que a obrigação da lei é que o município cumpra (a nova lei do piso) em relação aos professores que ganhavam abaixo do piso, e não para toda a categoria", disse o prefeito, após realizar a leitura de um trecho da Recomendação realizada pelo MP-MA.

Acerca das questões orçamentárias relacionadas ao percentual de aumento salarial dos docentes, Braide afirmou que a recomendação do Sindeducação, para a utilização de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), recebidos pelo Município, não é suficiente, no caso dos profissionais aposentados, sendo necessário o uso do Tesouro Municipal para complementar o pagamento dos salários.

O posicionamento, segundo o prefeito, é baseada na Recomendação expedida pelo Ministério Público do Estado do Maranhão (MP-MA).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 26/04/2022 - SITE IMIRANTE.COM NEUTRA Quem vai rir no final da greve dos professores?

## Quem vai rir no final da greve dos professores?

Na guerra entre Prefeitura e professores, milhares de estudantes são as maiores vítimas.

No cabo de guerra que se tornou o impasse de professores do Município – em greve desde o dia 18 último – e a Prefeitura de São Luís, as maiores vítimas são os mais de 80 mil alunos da rede pública de São Luís. Com aulas capengas desde 2020, quando começou a pandemia da Covid-19, estudantes acabaram frustrados após a expectativa de retorno a algo próximo da normalidade em 2022.

Como a ironia popular reza que "nada pode ser tão mau que não possa piorar", professores decidiram cruzar os braços, após longo período de agonia e falta de diálogo com o Poder Municipal nos últimos anos. O resultado? Salas de aula vazias em 2022 e início de uma negociação que já dura mais de uma semana, e sem tempo certo para acordo.

Com cinco anos de defasagem salarial, professores decidiram partir para o ataque com um pacote de reivindicações, entre as quais um reajuste de 36% em seus vencimentos, percentual fora da realidade, segundo a Prefeitura. Após estudo feito pela Secretaria de Planejamento, o Município apresentou contraposta de aumento de 10,06%, na expectativa de que os docentes decidissem pelo fim da paralisação.

Como já era esperado, a categoria recusou o percentual e decidiu manter a greve.

Diante da negativa dos professores, o prefeito Eduardo Braide decidiu convocar a imprensa para esmiuçar o impacto financeiro inerente ao aumento dos professores, somado ao reajuste de 8% anunciado a outras categorias do serviço público municipal.

Como resposta à autodefesa municipal, o SindEducação também anunciou entrevista coletiva para explicar por que recusou os 10,06% de aumento e reafirmar as razões da greve.

Em meio à disputa de discursos - cada qual puxando brasa para sua sardinha -, a Justiça autorizou o Município a descontar os dias parados da categoria...

Em miúdos, o cabo de guerra continua, até que uma das partes ceda e a outra, possa sorrir aliviada. Quem dificilmente vai rir por último serão os milhares de estudantes da rede pública municipal. No máximo, serão "consolados" com a reposição de aulas perdidas - a toque de caixa, certamente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 26/04/2022 - SITE IMIRANTE.COM POSITIVA

Após decisão do TJ, Prefeitura de São Luís convoca professores a retornar ao trabalho

# Após decisão do TJ, Prefeitura de São Luís convoca professores a retornar ao trabalho

Convocação oficial feita pela Secretaria Municipal de Educação foi publicada no Diário Oficial do Município. Gilberto Léda/ipolítica

26/04/2022 às 07h10 - Atualizada em 26/04/2022 às 07h20

SÃO LUÍS - A Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semed), emitiu na noite de segunda-feira (25), edital de convocação para que todos os professores em greve retornem já nesta terça-feira (26) às salas de aula, sob penas de desconto dos dias não trabalhados em virtude do movimento.

A medida foi tomada após a desembargadora Francisca Galiza, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), autorizar o corte do ponto dos dias não trabalhados, ao ratificar a ilegalidade da paralisação e considerar que o Município não deu motivos para a mobilização.

"Os professores deverão se apresentar na Unidade de Educação Básica de lotação, no respectivo turno, para cumprimento regular da sua jornada e atividades pedagógicas, conforme calendário letivo", diz o ato oficial, assinado pela secretária municipal de Educação, Caroline Marques Salgado.

Ao decidir sobre o caso, na manhã de ontem, Galiza destacou que o Município pode efetuar os descontos das faltas nos salários do docentes, além de contratar professores temporários para dar andamento às aulas enquanto durar a paralisação.

Leia mais: Vereadores de São Luís recebem professores em greve

"Uma vez não configurada a situação excepcional reconhecida pelo Excelso Tribunal, é possível o lançamento das faltas no período da paralisação, se assim definir o requerente", destacou a desembargadora no despacho. Ela também apontou que cabe ao Município decidir se abre, ou não, procedimentos administrativos contra os faltosos.

"No que refere à abertura de procedimento administrativo disciplinar em face dos professores grevistas, ao Poder Judiciário compete apreciar somente a regularidade do procedimento à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. O poder disciplinar e punitivo dos servidores da administração pública municipal é atribuição do Município de São Luís, a quem compete decidir sobre a instauração de procedimento administrativo disciplinar", completou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 26/04/2022 - SITE JORNAL PEQUENO POSITIVA Vereadores de São Luís assinam termo de compromisso com o Sindeducação

# Vereadores de São Luís assinam termo de compromisso com o Sindeducação

Categoria está em greve há uma semana em busca de reajuste salarial.

A Câmara Municipal de São Luís recebeu, na manhã dessa segunda-feira (25), uma comissão do Sindicato dos Profissionais do Ensino Público de São Luís (Sindeducação) para assinatura de um termo de cooperação com a categoria, que está em greve há uma semana em busca de reajuste salarial.

A presidente do Sindeducação, Sheila Bordalo, disse que o termo assinado esclarece toda a trajetória da greve. A sindicalista afirmou ainda que já ocorreram cinco reuniões nas quais o sindicato apresentou e cobrou dados da Prefeitura como, por exemplo, a folha de pagamento e seus impactos em relação ao Fundeb.

"É necessário que a Prefeitura reabra a mesa de negociação, receba o comando de greve, continue a negociação e somente a partir dessa mesa se defina um projeto de lei reajuste para que a Câmara possa votar", enfatizou.

Fizeram parte da assinatura os vereadores Thyago Freitas (DC), Edson Gaguinho (DEM), Karla Sarney (PSD), Concita Pinto (PCdoB), Ribeiro Neto (PMN), Marcial Lima (Podemos), Andrey Monteiro (Republicanos), Fátima Araújo (PCdoB), Marquinhos (DEM), Astro (PCdoB) e Coletivo Nós (PT).

Caminhada em ato de reivindicação

Nessa segunda-feira (25), os professores de São Luís realizaram mais um ato grevista, em uma caminhada pela Ponte do São Francisco, cujo objetivo foi chamar a atenção para as suas reivindicações por melhorias salariais e reformas de escolas.

A concentração do ato público ocorreu na Igreja do São Francisco, e de lá os professores caminharam até a frente da Câmara Municipal de Vereadores.

CATEGORIA REJEITOU AUMENTO DE 10,06%

No dia 20 deste mês, foi realizada uma audiência de conciliação no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), na qual a Prefeitura apresentou nova proposta, desta vez de 10,06%, que também foi rejeitada pela categoria.

Posterior à audiência de conciliação, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) se pronunciou, por meio de nota, afirmando ter apresentado a proposta de 10,06% de reajuste salarial para os professores do Sindeducação.

"O percentual ofertado demonstra todo o esforço do Município para assegurar este reajuste aos professores (ativos, inativos e pensionistas de nível superior), respeitando a realidade orçamentária e financeira municipal,

além de garantir a valorização dos profissionais do Magistério e os investimentos necessários para a educação", diz a nota.

Após receberem a proposta de 10,06%, o Sindeducação levou o valor ofertado pela Prefeitura para uma assembleia, na tarde do mesmo dia. Depois de avaliação dos profissionais da educação, eles decidiram seguir com a paralisação.

#### **OUTRO LADO**

A Secretaria Municipal de Educação (Semed) informa que, sobre o reajuste salarial dos professores, o Município já entregou os documentos ao sindicato que comprovam o limite orçamentário e financeiro, permitindo o máximo de 10,06% de reajuste à categoria.

Sobre a reforma das escolas, a Semed reafirma que, em um ano e três meses, o Município realizou o maior programa de reformas da história de São Luís, por meio do programa Escola Nova, com mais de 50% das escolas totalmente reformadas e a rede adaptada para garantir a volta das aulas presenciais.

A Secretaria ressalta, ainda, que todas as escolas da rede municipal serão completamente reformadas.

Desembargadora autoriza município a descontar faltas dos professores

O Tribunal de Justiça do Maranhão, em decisão tomada pela desembargadora Francisca Galiza, autorizou que a Prefeitura de São Luís possa descontar dos salários as faltas dos professores que estão em mobilização de greve na capital. A magistrada, em manifestação anterior, já havia declarado o movimento paredista ilegal.

A desembargadora destacou em sua decisão que o Município poderá efetuar os descontos nos contra-cheques, além de contratar professores temporários para dar prosseguimento às aulas enquanto durar a greve.

"Uma vez não configurada a situação excepcional reconhecida pelo Excelso Tribunal, é possível o lançamento das faltas no período da paralisação, se assim definir o requerente", destacou a desembargadora em sua decisão, e completou:

"No que refere à abertura de procedimento administrativo disciplinar em face dos professores grevistas, ao Poder Judiciário compete apreciar somente a regularidade do procedimento à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. O poder disciplinar e punitivo dos servidores da administração pública municipal é atribuição do Município de São Luís, a quem compete decidir sobre a instauração de procedimento administrativo disciplinar"

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PROCESSO SELETIVO 26/04/2022 - SITE MARANHÃO HOJE POSITIVA

Tribunal de Justiça anuncia concurso para 15 vagas de juiz substituto e cadastro de reserva

# Tribunal de Justiça anuncia concurso para 15 vagas de juiz substituto e cadastro de reserva

por Aquiles Emir -26 de abril de 2022

Inscrições serão realizadas desta terça até 26 de maio

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) anunciou, nesta segunda-feira (25), realização de concurso público para preenchimento de 15 vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Juiz Substituto. O edital foi assinado pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, e pela presidente da Comissão de Concurso Público, juíza Jagueline Reis Caracas,

O concurso, que ficará a cargo do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), seguirá as normas estabelecidas em regulamento aprovado pela Resolução nº. 105/2021, publicada em 7 de janeiro de 2022, no Diário da Justiça Eletrônico, pelo Edital e pelas legislações aplicáveis.

As inscrições serão realizadas no período de 10h do dia 27/04/2022 até às 18h do dia 26/05/2022 (observado o horário de Brasília), via internet, no site https://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), no valor de R\$ 304,04 (trezentos e quatro reais e quatro centavos).

Todas as etapas presenciais do concurso serão realizadas na cidade de São Luís/MA, para todos os candidatos, bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros.

O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe - Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), ressalvado o disposto no subitem 14.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

Confira informações detalhadas sobre o Concurso nos documentos abaixo:

EDITAL GP Nº 11, DE 25 DE ABRIL DE 2022

RESOLUÇÃO GP Nº. 105202



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 26/04/2022 - SITE O IMPARCIAL ONLINE POSITIVA Justiça autoriza a Prefeitura de São Luís descontar faltas de professores em greve

# Justiça autoriza a Prefeitura de São Luís descontar faltas de professores em greve

Na decisão desta segunda-feira (25), o Município pode efetuar os descontos, além de contratar professores temporários.

A Prefeitura, via Secretaria Municipal de Educação (Semed), ofereceu reajuste de 10,06%. (Foto: Reprodução)

Por: Da Redação 25 de Abril de 2022

A desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, Francisca Galiza, autorizou nesta segunda-feira, 25, a Prefeitura de São Luís a descontar dos salários as faltas dos professores que insistem em manter um movimento de greve já declarado ilegal pela própria magistrada.

Na decisão a magistrada destaca que o Município pode efetuar os descontos, além de contratar professores temporários para dar andamento às aulas enquanto durar a paralisação.

"Uma vez não configurada a situação excepcional reconhecida pelo Excelso Tribunal, é possível o lançamento das faltas no período da paralisação, se assim definir o requerente", destacou a desembargadora no despacho. Ela também apontou que cabe ao Município decidir se abre, ou não, procedimentos administrativos contra os faltosos.

"No que refere à abertura de procedimento administrativo disciplinar em face dos professores grevistas, ao Poder Judiciário compete apreciar somente a regularidade do procedimento à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. O poder disciplinar e punitivo dos servidores da administração pública municipal é atribuição do Município de São Luís, a quem compete decidir sobre a instauração de procedimento administrativo disciplinar", completou.

Na semana passada, durante audiência de conciliação, a Prefeitura, via Secretaria Municipal de Educação (Semed), ofereceu reajuste de 10,06% aos professores da rede municipal de ensino. A proposta é duas vezes maior que a inicial, de 5%.

Os docentes, contudo, rejeitaram a oferta, e seguem cobrando aumento linear de mais de 33%, com base em portaria do FNDE sobre reajuste do piso nacional da categoria.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - ESMAM 26/04/2022 - SITE O IMPARCIAL ONLINE POSITIVA Curso para juízes e juízas abordará tema de gênero e justiça

## Curso para juízes e juízas abordará tema de gênero e justiça

A inscrição para magistrados começa hoje (25) e vai até dia 1° de maio.

O objetivo é difundir conhecimentos, ferramentas teóricas e metodológicas.(Foto: Freepik)

Por: Da Redação, Com informações do Tjma

25 de Abril de 2022

A Escola Superior da Magistratura realiza, de 25 de abril a 1° de maio, inscrições para o curso Direitos Fundamentais e gênero, destinado aos juízes e juízas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A formação, para fins de promoção na carreira e vitaliciamento, será realizada de 12 a 29 de maio, com aulas síncronas (ao vivo) e assíncronas na plataforma EAD-ESMAM, sob a tutoria da juíza Adriana Ramos de Mello, com credenciamento pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura (Enfam).

A temática será aplicada por meio de atividades assíncronas - com utilização de videoaulas, vídeos e materiais complementares disponibilizados na plataforma - e interativas (síncronas), por meio de videoconferência (live).

Terá por estudo de caso a aplicação da Lei Maria da Penha com perspectiva de gênero e fóruns de discussão formativa, que proporcionam um espaço de interação entre os discentes e a docente, a partir de reflexões sobre o conteúdo da disciplina e sua aplicação na atividade judicante.

VEJA O HORÁRIO DAS AULAS SÍNCRONAS (AO VIVO) 17/05/2022 - 17h às 19h

23/05/2022 - 15h às 17h

FAÇA SUA INSCRIÇÃO AQUI - SERÃO 40 VAGAS ABERTAS

Tenciona traduzir um novo posicionamento da justiça, com maior equidade. (Foto: Divulgação) PROTOCOLO DE JULGAMENTO

Durante o curso será abordado o protocolo para julgamento com perspectiva de gênero, com o objetivo de capacitar e orientar a magistratura para julgar, por meio de estabelecimento de diretrizes que traduzam um novo posicionamento da justiça, com maior equidade entre homens e mulheres.

O objetivo é difundir a aplicação, na prática judicante, de conhecimentos e ferramentas teóricas e metodológicas que permitam compreender a perspectiva de gênero em sua relação com a justiça, bem como o conhecimento e a proteção de mecanismos regionais e internacionais para os direitos das mulheres e da população LGBTI.

Na primeira fase do curso integram o conteúdo programático temas como: gênero, direito, patriarcado, violência contra as mulheres, violência de gênero, acesso à justiça e sistema de proteção.

Já o segundo módulo, tratará sobre os desafios, possibilidades e limites do direito para tratamento de violências estruturais e o acesso à justiça, abordando a questão de gênero e participação política das mulheres.

#### A TUTORA

Adriana Ramos de Melo é mestra em Direito e Criminologia (Universidade Cândido Mendes), doutora em Direito Público e Filosofia Jurídico-Política (Universidade de Barcelona). Juíza titular do I Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (TJRJ), professora da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ).

É presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero, e do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia (NUPEGRE). Referência na luta pelas minorias, na proteção às mulheres em situação de risco, na defesa da igualdade de gênero e dos direitos humanos. Educadora, pesquisadora e escritora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA 26/04/2022 - SITE O MARANHENSE POSITIVA
TJMA concede Medalha Antônio Vellozo a Enide Dino

## TJMA concede Medalha Antônio Vellozo a Enide Dino

A presidente da Fundação Antonio Dino, Enide Jorge Dino, recebeu, nessa segunda-feira (25), a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo, por relevantes serviços prestados à Justiça maranhense. A comenda – concedida, por unanimidade, pela Corte – foi entregue pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

A presidente Enide Dino disse que recebeu a medalha com bastante emoção e agradeceu ao presidente do Tribunal, desembargador Lourival Serejo, pela concessão da comenda. "Esta medalha não pertence só a mim, pertence a todos. Agradeço ao meu neto, o vice-presidente Antonio Dino Tavares, aos conselhos curador e fiscal, a todos os funcionários, diretoria executiva, minhas voluntárias e, especialmente, ao Carlos Nina. Meus agradecimentos a todos que contribuíram conosco. A Fundação se sente honrada, neste momento, ao receber esta grandiosa medalha", resumiu.

Para o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, a Justiça hoje não cuida mais somente de leis, de resolver conflitos, mas tem uma missão maior, uma visão social. "No cumprimento dessa missão, está incluída dona Enide Dino. Estamos reconhecendo que o trabalho feito pela senhora Enide Dino, na Fundação Antonio Dino, tem um reflexo em uma de nossas missões, converge para as atribuições do Judiciário, que são a promoção do homem, a garantia do direito à vida, a qualidade de vida. É como se fosse um braço estendido da nossa missão de fazer esse lado humanitário da Justiça. Reconhecemos esse trabalho da dona Enide, de cuidar dos outros, um trabalho que se comunga", conclui.

Participaram da solenidade a assessora da presidente Enide Dino, Sílvia Dino; a gerente do laboratório de patologia do Hospital do Câncer Aldenora Bello, Rosila Dino; a assessora de Comunicação da Fundação Antonio Dino, Arícia Dino; e o membro do Conselho Curador da Fundação Antonio Jorge Dino, Carlos Nina.

### MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO ANTÔNIO RODRIGUES VELLOZO

O Tribunal homenageia personalidades ilustres com a concessão da "Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo", criada pela Lei nº 2.814, de 4/12/1967, e regulamentada pela Resolução nº 4, de 24 de fevereiro de 1999, em homenagem ao primeiro chanceler do Tribunal da Relação de São Luís.

Ela é concedida a magistrados (as), membros (as) do Ministério Público, advogados (as), deputados (as) estaduais, deputados (as) federais, serventuários (as) e outras personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, constatados pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Poder Judiciário do Maranhão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA 26/04/2022 - SITE O MARANHENSE POSITIVA SÃO LUÍS ? Rede de combate à violência contra a pessoa com deficiência se reúne no MPMA

SÃO LUÍS - Rede de combate à violência contra a pessoa com deficiência se reúne no MPMA

A Rede de Enfrentamento à Violência à Pessoa com Deficiência (REVDEF) realizou, na manhã desta segunda-feira, 25, na sede do Ministério Público do Maranhão, em São Luís, a primeira assembleia geral do grupo. O objetivo da rede é articular, monitorar e avaliar políticas, programas, serviços e ações que garantam o atendimento integral às pessoas com deficiência em situação de violência.

A REVDEF foi oficializada, em 3 de dezembro do ano passado, por meio de um protocolo firmado pelo Ministério Público do Maranhão, Estado do Maranhão, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública Estadual, Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Fórum Maranhense das Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologias. O documento foi assinado pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau; pelo ex-governador Flávio Dino e por representantes das entidades mencionadas.

#### GARANTIA DE DIREITOS

Na assembleia, o promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência, Alenilton Santos da Silva Júnior, destacou o desafio do grupo colegiado: se organizar enquanto rede para o enfrentamento da violência invisível aos olhos da sociedade. "Nós vamos trabalhar para que esse quadro não se perpetue. O trabalho em conjunto e em rede nos fortalece para a busca de resultados".

A representante da Secretaria Estadual dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Beatriz Carvalho, afirmou que, com o início do trabalho da rede, órgãos públicos e sociedade civil vão atuar de forma coordenada. "Precisamos pensar de forma mais ampliada para combater a violência".

No mesmo sentido, o juiz e membro da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça, Alexandre de Mesquita, disse que a assembleia é um momento de concretização de direitos humanos. "O Maranhão está dando um grande passo".

Para a advogada e representante da Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência da OAB, Macela Proença, que tem deficiência visual, a violência precisa ser vista de forma abrangente. "Me sinto violentada quando não tenho meus direitos efetivados".

A opinião é compartilhada pelo presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Paulo Carneiro, ao narrar a negação do direito de ir e vir no transporte público e a indiferença das pessoas e autoridades. "Nós precisamos ser respeitados. Espero que no futuro próximo a gente tenha mais efetividade das leis".

A representante do Fórum Maranhense de Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologias, Deline Cutrim, igualmente pediu respeito. "Espero que as leis não fiquem só no papel e que a gente seja cidadão de fato e de direito".

O titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência, Ronald Pereira dos Santos, destacou a importância da Rede como passo estratégico para fortalecer a luta em prol desse segmento. "Essa Rede vem ao encontro dessa luta histórica que as pessoas com deficiência têm e reforça o compromisso do Ministério Público de fortalecer essa articulação. Tínhamos vários órgãos trabalhando separadamente e agora estão finalmente reunidos em uma rede para que possamos conseguir o objetivo de garantir uma sociedade inclusiva e acessível".

Participaram da assembleia representantes de diversas instituições.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CEMULHER 26/04/2022 - SITE O MARANHENSE POSITIVA Evento debaterá sobre ações integradas para erradicar violência de gênero

# Evento debaterá sobre ações integradas para erradicar violência de gênero

26 de abril de 2022 omaranhense

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA) promove, no dia 28 de abril, a partir das 8h30, o seminário "A Importância do Trabalho em Rede no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres". As inscrições podem ser feitas até o dia 25 de abril.

A iniciativa - em alusão ao Dia Nacional da Mulher (30 de abril) - possui o intuito de conscientizar a sociedade sobre a importância da luta pelos direitos das mulheres e meninas e, também, pela erradicação da violência de gênero. Visa, também, a capacitar profissionais envolvidos(as) na área, discutir a atuação em rede e compartilhar experiências.

O evento, que acontecerá no auditório Madalena Serejo, no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), é destinado a magistrados, magistradas, servidores e servidoras da Justiça, operadores e operadoras do Direito, profissionais da Rede de Atendimento e Proteção à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, além de estudantes.

A abertura da programação contará com a presença do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo; do corregedor-geral de Justiça, desembargador Paulo Velten Pereira; do presidente da CEMULHER/TJMA, desembargador Cleones Cunha; do diretor da ESMAM, desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos; da diretora do Fórum, juíza Andréa Permultter Lago; dentre outras autoridades.

### **CAMINHADA**

No dia 29 de abril, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER/TJMA) também irá promover uma caminhada em alusão ao Dia Nacional da Mulher (30 de abril).

A concentração acontecerá em frente ao prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (Praça Dom Pedro II, Centro), às 8h30, em direção ao Centro da cidade. O evento contará com a participação da banda do Bom Menino.

#### DIA NACIONAL DA MULHER

O Dia Nacional da Mulher, comemorado em 30 de abril, também faz alusão ao nascimento de Jerônima Mesquita, filha mais velha de uma família com cinco irmãos, que, ao cursar os estudos secundários na França, teve seu primeiro contato com a luta feminina em prol da equidade.

Após um casamento 'arranjado' com um primo, um filho e um divórcio, ela atuou como voluntária da Cruz Vermelha na I Guerra Mundial. Ao regressar ao seu país natal, tornou-se ativista dos direitos das mulheres e foi membra fundadora do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (CNMB). Em 1972, Jerônima Mesquita veio a

falecer. Naquele ano, a lei que criava o Dia Nacional da Mulher foi aprovada, sendo o marco vinculado à data de seu aniversário.

Nos dias atuais, continua sendo primordial a luta pelos direitos femininos e, em virtude disso, é necessária a atuação de uma Rede complexa de trabalho, na qual diferentes órgãos e serviços públicos reúnem esforços, articuladamente, visando ao acolhimento das vítimas de violência doméstica e familiar, bem como coibir a prática de violência. Para o funcionamento harmonioso dessa Rede, é fundamental a realização de capacitação permanente voltada para os profissionais envolvidos na área, de modo a alinhar condutas e atualizar procedimentos.

PROGRAMAÇÃO

28 de abril de 2022

8h30 - Mesa de Abertura

Presidente do TJMA Corregedor-Geral da Justiça Presidente da CEMULHER Diretora do Fórum Des. Sarney Costa Diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão - ESMAM

9h30 - Mesa I - Tema: "Justiça em Rede"

Palestrante: Juíza de Direito Lívia Borba - TJMG

11h - Mesa II - Tema: "A atuação em Rede no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher"

Palestrante: Juíza de Direito Marcela Santana Lobo - TJMA

14h - Mesa III - Tema: "A importância do trabalho em rede no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher"

Palestrante: Analista Judiciária - Assistente Social Danyelle Bitencourt Athayde Ribeiro -TJMA

#### **PALESTRANTES**

Lívia Lúcia Oliveira Borba

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, atualmente, está cursando o Mestrado Profissional da Escola Nacional de Formação e

Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais desde 2007, atualmente é titular da 2ª Vara Criminal, da Infância e Juventude de Ribeirão das Neve (MG).

Foi juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça do TJMG, superintendente-adjunta de Planejamento, no biênio 2018/2020. Formadora da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes-EJEF/TJMG, nas temáticas de planejamento estratégico, infância e juventude e violência doméstica. Diretora executiva da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais-EJETRE-MG. Foi advogada da União-AGU (2006 a 2007).

#### Marcela Santana Lobo

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), titular da 3ª Vara Criminal de Caxias, atuando nas áreas de violência doméstica, violência contra criança e adolescente e execução penal. Coordenadora do Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Maranhão.

Mestranda em Direito e Poder Judiciário pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Master em Garantismo e Processo Penal pela Universidade de Girona/Espanha. Especialista em Teoria e Prática da Decisão Judicial, em Direito Eleitoral, em Direito Tributário e em Direito Civil e Processo Civil. Membra do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). Formadora da ENFAM e da ESMAM.

## Danyelle Bitencourt Athayde Ribeiro

Mestranda em Direito e Afirmação de Vulneráveis pela Universidade CEUMA, especialista em Administração e Planejamento de Projetos Sociais (UNIGRANRIO), em

Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente (USP), em Gestão Judiciária (UFMA) e em Criminologia (UMJ) e graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA.

Analista Judiciária, servidora efetiva do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desde 2007, com experiência na Casa Abrigo do TJMA, Vara

Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís e Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar- CEMULHER/TJMA.

## **INSCRIÇÕES**

Faça AQUI a sua inscrição até o dia 25 de abril.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PROCESSO SELETIVO 26/04/2022 - SITE O MARANHENSE POSITIVA

TJMA divulga edital de concurso público para juiz substituto

## TJMA divulga edital de concurso público para juiz substituto

25 de abril de 2022 omaranhense

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e a presidente da Comissão de Concurso Público, juíza Jaqueline Reis Caracas, assinaram nesta segunda-feira (25), o edital de Concurso Público para o provimento de 15 vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Juiz Substituto.

O concurso - que ficará a cargo do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) - seguirá as normas estabelecidas em regulamento aprovado pela Resolução nº. 105/2021, publicada em 7 de janeiro de 2022, no Diário da Justiça Eletrônico, pelo Edital e pelas legislações aplicáveis.

As inscrições serão realizadas no período de 10h do dia 27/04/2022 até às 18h do dia 26/05/2022 (observado o horário de Brasília), via internet, no site https://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), no valor de R\$ 304,04 (trezentos e quatro reais e quatro centavos).

Todas as etapas presenciais do concurso serão realizadas na cidade de São Luís/MA, para todos os candidatos, bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros.

O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe – Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/tj\_ma\_22\_juiz (disponível em breve), ressalvado o disposto no subitem 14.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

Confira informações detalhadas sobre o Concurso nos documentos abaixo:

EDITAL GP Nº 11, DE 25 DE ABRIL DE 2022

RESOLUÇÃO GP Nº. 105202